



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PARA ALÉM DA ‘PEDRA E CAL’: O MEIO AMBIENTE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO²⁶²

Prof. Dr. Márcio Rosseline da Silva Ferreira

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

marciorosseline@hotmail.com

Introdução

É quase um ‘lugar-comum’ afirmar que a pesquisa científica percorre novas trilhas a partir dos problemas que são apresentados pelo tempo presente. E, neste caso, é da atualidade que emergem novos objetos responsáveis pelo revigoramento do campo da investigação científica em várias áreas do conhecimento. Dito isto, podemos asseverar que há uma urgência na contemporaneidade em compreender o porquê da disjunção entre duas dimensões que compõem a vida em sociedade: a dimensão cultural e a dimensão natural. Entretanto, a inquietação atual em entender a causalidade desta dissolução implica em analisar algo que os estudos científicos vêm indicando. Qual seja? A necessária integração entre a cultural²⁶³ e a natureza²⁶⁴ como forma irredutível de compreender a complexa dinâmica social concebida pela realidade contemporânea.

Esta pesquisa científica parte de alguns desafios considerados importantes para o *corpus* deste artigo. Por se tratar de um estudo cujo tema versa sobre *o meio ambiente na preservação do patrimônio cultural brasileiro*, é de suma importância compreendê-lo não somente como um objeto de estudo de uma única disciplina, mas, entendê-la como uma

²⁶² Título da tese de doutorado defendida em maio de 2019 na Universidade Federal de Sergipe.

²⁶³ Embora o conceito de cultura seja considerado vasto, a ideia de cultura adotada na pesquisa visa apreender desta categoria a noção de cultura como “um modo de vida” (incluindo ideias, atitudes práticas, língua, instituições, estrutura de poder) e uma “série de práticas culturais” (formas artísticas, arquiteturas, bens produzidos pelo consumo de massa, etc.) Cf. WILLIAMS, Raymond In. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. 2011. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. In *Culture and Materialism: selected essays*. UK: London. Published by Verso, 2005.

²⁶⁴ Tão complexo quanto o conceito de cultura, a noção de natureza pode apresentar inúmeras compreensões. Neste caso, a abordagem do conceito de natureza visa compreender as relações da sociedade com a natureza refletindo sobre “a nossa visão de natureza”, sobretudo, “(...) a concepção de uma natureza-objecto, exterior ao homem, e da qual ele se separou ao instrumentalizá-la”. Cf. LARRÈRE, Catherine. In. *Do Bom Uso da Natureza: Para uma filosofia do meio ambiente*. 1997. Lisboa (Portugal): Editora Instituto Piaget.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

área do conhecimento que nos últimos anos têm suscitando inúmeros debates no sentido de ampliar as fronteiras epistemológicas existentes a fim de incorporar novas temáticas para seu âmbito de pesquisa. A visível expansão do campo patrimonial se constitui numa realidade uma vez que as abordagens decorrentes convencionais não mais produzem efeitos satisfatórios. A porosidade das fronteiras no campo patrimonial tem sido observada, sobretudo, com a introdução da questão ambiental no seu âmbito de pesquisa e de políticas públicas, inserindo o tema em questão numa *abordagem interdisciplinar*. Deste modo, este artigo tem como principal objetivo *analisar a incorporação da dimensão ambiental na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro*.

Do Quadro Teórico

Na origem das pesquisas do campo patrimonial o conceito de cultura nunca esteve vinculado à ideia de natureza, de modo que a abordagem acerca da integralidade das duas dimensões tem sido tratada como algo “relativamente” recente. A separação entre cultura e natureza resultou na institucionalização de órgãos culturais e de implantação de políticas públicas voltados exclusivamente para a preservação cultural desvinculada da dimensão ambiental. Somente a partir de 1975, as políticas públicas de conservação dos bens culturais passaram a ser tratada de forma integrada ao meio ambiente, graças as recomendações deliberadas pela *carta patrimonial* conhecida por *Declaração de Amsterdã* (1975)²⁶⁵. Esta carta patrimonial é um marco na irrupção do conceito de *patrimônio ambiental urbano*, ou seja, uma nova ideia de preservação do patrimônio surgiu considerando novas perspectivas entre o patrimônio cultural e o meio ambiente urbano.

O principal legado que esta *Declaração* (1975) deixa para o campo patrimonial é a importância do planejamento e da gestão territorial na consecução da política ambiental urbana compreendendo todo o envoltório do patrimônio material. A carta de Amsterdã

²⁶⁵ Embora a Carta de Veneza (1964) recomende relacionar o patrimônio ao meio onde se encontra situado o monumento histórico, as diretrizes desta carta patrimonial se voltam em favor da restauração tão somente dos monumentos, tendo em vista assegurar a autenticidade do patrimônio em detrimento da falsificação artística e histórica (LE MOS, 2010). A concepção de integralidade entre ambiente e cultura é abordada nas cartas patrimoniais muito recentemente. A *Declaração de Amsterdã* de 1975 é um importante marco nesse sentido.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

simboliza uma continuidade em relação às cartas antecessoras²⁶⁶, mas, inegavelmente, trata-se de um marco por abarcar no conceito de patrimônio ambiental urbano, que além de relevar os valores culturais do patrimônio, procurou levar em conta a questão ambiental articulando-os ao planejamento e a gestão urbana a fim de (re)ordenar o espaço urbano.

O campo patrimonial vai se espraiando a partir do entendimento de que um artefato urbano, ou seja, um monumento histórico, não pode ser considerado de forma isolada e congelada, há de se levar em conta as relações que o bem cultural possui com o espaço a qual está introduzido a fim de compreender a estreita ligação do monumento com o seu entorno e, conseqüentemente, com o sentimento de pertencimento que os atores sociais envolvidos empreendem com este lugar de memória.

Se a *Declaração de Amsterdã* consagrou a terminologia Patrimônio Ambiental Urbano em 1975, décadas depois, precisamente em 1992, no encontro de cúpula mundial no Rio de Janeiro (Rio 92), a Unesco iniciou tratativas com os países-membros para a elaboração de uma nova categoria de preservação do patrimônio cultural. Neste tocante, a Unesco propôs o termo Paisagem Cultural como mais uma nova categoria preservacionista tendo em vista a necessidade de combinar cultura e natureza nas paisagens onde artefatos culturais estavam assentados em áreas naturais constituindo numa só paisagem. Portanto, o conceito de patrimônio cultural ganha mais uma abrangência como o advento da categoria paisagem cultural²⁶⁷

Ao ‘reconstruir’ o conceito de patrimônio cultural em conformidade com o meio ambiente (seja urbano, seja natural), as cartas patrimoniais, as políticas públicas e os

²⁶⁶ Em 1967, num encontro promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos), fora patrocinado pelos signatários presentes as “Normas de Quito”. Esse texto propunha relacionar o patrimônio cultural ao turismo, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social tendo na atividade turística seu principal catalisador.

²⁶⁷ Considerado um dos mais importantes conceitos-chave da Geografia, a noção de paisagem cultural transita entre a materialidade da transformação da natureza pela ação humana ao simbolismo e significado dos valores culturais que estão impregnados na paisagem. Cf. COSGROVE, Denis. *Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico*. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997. JACKSON J. B. *et al. The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays*. New York (USA): Oxford, 1979. CONSGROVE, Denis. In: *Social Formation and Symbolic Landscape*. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988. Cf. CORREA, Roberto. L; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda*. In: *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

estudos acadêmicos recentes estão pondo em questão o modelo disciplinar cartesiano de investigação científica sobre as noções de patrimônio cultural. O sentido patrimonial preconizado na *Carta de Veneza* (1964), a vinculação das cidades históricas ao turismo como recomendou as *Normas de Quito* (1967) e o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano sugerido pela *Declaração de Amsterdã* (1975), pressionaram os estudos do campo patrimonial a rever seus conceitos, seus princípios e seus procedimentos científicos tradicionais tendo que renovar seus postulados e axiomas visando estabelecer diálogos interdisciplinares.

Ao analisar as *cartas patrimoniais*, a pesquisa procura compreender a transformação das cidades históricas em centros turísticos. Inseridas nos circuitos de turismo cultural de seus Estados, as cidades patrimonializadas são projetadas nos planos urbanísticos e nas políticas públicas como polos de atratividade turística a partir de seus centros históricos. O encontro ocorrido na América Latina em 1967 resultou numa carta patrimonial denominada de “*Normas de Quito*”, em que foram definidas as diretrizes para que os países-membros utilizassem seus monumentos históricos e artísticos como vetores de desenvolvimento econômico e social mediante o uso turístico de seu patrimônio cultural material. Entretanto, estudos recentes vêm apontando para um turismo predatório, já que cultura e natureza estão sendo convertidos em mercadorias em decorrência de seu valor utilitário. Assim, questionou-se quanto ao modelo de desenvolvimento adotado para as cidades patrimonializadas no qual se tem por objetivo transformar os centros históricos em polos de atração turística. Os programas de preservação aplicados no Brasil são exemplos dessa tentativa.

Ao longo da pesquisa, revelou-se importante indicar à relação do patrimônio cultural aos contextos históricos e o papel dos atores institucionais na aplicação das políticas de preservação. O discurso patrimonial na modernidade dissociava patrimônio cultural de patrimônio natural atribuindo-lhes um valor de identidade nacional, no entanto, com a “crise da modernidade” e o advento do “mundo contemporâneo”, as preocupações em termos identitários giram em torno da *multirreferencialidade* que os novos sentidos de patrimônio trouxeram para uma infinidade de grupos culturais. Ou seja, a crise da





modernidade e sua identidade padronizada fragmentaram-se com as novas abordagens sobre o patrimônio cultural.

Dos “*constructos*” teóricos

O campo patrimonial sem dúvida vem passando por um processo de “ruptura paradigmática” há um bom tempo. Do ponto de vista institucional, a Unesco, desde 1992, colaborou para a ampliação do sentido do conceito de patrimônio cultural ao possibilitar que o campo patrimonial assimilasse a ideia de patrimônio intangível. Ou seja, a partir de então, o campo patrimônio não apenas seria definido como uma área de pesquisa e governança de bens culturais tangíveis, mas, intangíveis também. O texto da Unesco, do qual o Brasil se tornaria signatário, implicou em importantes mudanças institucionais na política cultural brasileira nos anos seguintes. Após anos de debate, foi sancionado em 2000 o decreto que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”²⁶⁸, alargando ainda mais a concepção patrimonial e, conseqüentemente, acarretando numa maior responsabilidade tanto para o poder público quanto para a sociedade civil no que concerne à política de salvaguarda do patrimônio cultural.

Ao adotar a terminologia “patrimônio cultural intangível”, a Unesco contribuiu para o amadurecimento do sentido da expressão *paisagem cultural*²⁶⁹ no campo patrimonial. Palavra polissêmica e muito contraditória dentro da ciência geográfica, o termo paisagem denota percepção, isto é, uma imagem construída subjetivamente a partir da relação cultural de um grupo social para com a natureza. A concepção de paisagem cultural incorporada ao campo do patrimônio é fundamental para o entendimento acerca do objeto de estudo da pesquisa. Pois, é vital compreender o sentido de *paisagem* já que muitas

²⁶⁸ BRASIL. *Decreto Federal Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Os registros são classificados em quatro segmentos: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em: 15 de novembro de 2018.

²⁶⁹ O termo *paisagem cultural* apareceu conceitualmente na obra do geógrafo Carl Sauer em 1925, com a publicação do clássico “*Morfologia da Paisagem*”. Entretanto, o termo paisagem remete a *landschaft*, palavra de origem germânica que apareceu para significar os elementos naturais de uma região. Com a publicação da obra de Sauer houve uma resignificação, incluindo elementos naturais e culturais, o sentido original fora paulatinamente deixado de lado uma vez que não abarcava a ação humana na paisagem.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

idades históricas foram assentadas em ambientes naturais de tal modo que o conceito de paisagem cultural é imprescindível para abarcar a integração da cultura urbana patrimonializada ao meio natural amalgamando-se numa só paisagem. Assim, atualmente, é impossível abordar a questão patrimonial sem fazer referência ao tangível e ao intangível, sobretudo em sua extensão paisagística cultural cuja patrimonialização é inscrita no “Livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”.

Portanto, a “ruptura de paradigma” no campo patrimonial, tem passado por inúmeras transformações tendo em vista a entrada de novos objetos na área de preservação, como por exemplo, o patrimônio cultural intangível. Por outro lado, como visto acima, o patrimônio iniciou sua trajetória a partir da preservação do patrimônio material, sobretudo, a preservação arquitetônica ou, como ficou batizada ‘**patrimônio de pedra e cal**’. As cartas patrimoniais abriram novas perspectivas de patrimonialização inserindo a dimensão ambiental – urbana e natural – na política de preservação. Os primeiros capítulos visaram descrever de forma analítica como esse percurso ocorreu na Europa, no que concerne ao patrimônio cultural, e nos Estados Unidos, no que concerne ao patrimônio natural. No Brasil, a patrimonialização tanto da cultura quanto da natureza foi sendo influenciada, principalmente, pelas cartas patrimoniais. A construção conceitual do objeto de pesquisa teve por objetivo compreender como a dimensão ambiental foi sendo introduzida na política patrimonial brasileira.

Do objeto de pesquisa e seu contexto

Sobre a inserção da questão ambiental no campo do patrimônio cultural nos primeiros capítulos, uma parte do quarto capítulo foi dedicada a entender a incorporação da dimensão ambiental em duas cidades históricas (Olinda e São Cristóvão), numa perspectiva comparada a partir da ótica de dois programas de preservação patrimonial: Programa das Cidades Históricas (PCH) e Programa Monumenta, sobretudo este último. Essas cidades históricas foram transformadas em objetos de estudo em função das





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

peculiaridades no que concerne seu patrimônio material e imaterial associadas à riqueza natural que as envolvem.

Este é o caso das cidades Olinda e São Cristóvão, localizadas nas regiões metropolitanas de suas respectivas capitais (Recife/PE e Aracaju/SE), tais cidades históricas foram tombadas pelo Iphan²⁷⁰ em virtude de seus conjuntos urbanos e arquitetônicos que remetem ao período colonial, no que toca o tempo histórico e o estilo barroco; expressividade artística e histórica valorizadas à época do tombamento. No entanto, com o *complexificação* da ideia de patrimônio, decorrente da assimilação de novos objetos ao campo patrimonial, essas cidades passaram a ser interpretadas culturalmente não apenas pela materialidade que as caracterizam, mas, pelas manifestações culturais imateriais que em interface com a cultura material lhe imprime uma paisagem idiossincrática.

As cidades históricas de Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) possuem similitudes em decorrência da importância histórica, do patrimônio cultural e relevância ambiental como pode ser observado nas descrições em seus livros de tombamento. Porém, a pesquisa considerou numa perspectiva comparada em que medida tais programas oficiais (**PCH e Monumenta**) tiveram impacto nas cidades históricas considerando o aspecto ambiental de suas propostas.

Em se tratando de política cultural patrimonial, o papel institucional do Iphan como órgão (autarquia) federal responsável pela salvaguarda do patrimônio foi determinante na pesquisa. Principalmente porque foi levando em conta o discurso oficial de “patrimonialidade” que emergiu da modernidade na Europa em virtude do contexto histórico vivido de urbanização e industrialização. O Iphan, instituído em 1937, é designado no ato de sua fundação, a tutelar tanto o patrimônio cultural quanto o

²⁷⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundado em 1937, mediante o Decreto Federal Nº 25. O instituto, que antes era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi presidido por **Rodrigo de Melo Franco de Andrade**, responsável pela organização administrativa e as diretrizes da recém-instituída autarquia cultural. IPHAN. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937. Acessado em 16 de novembro de 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

patrimônio natural, considerando como parâmetro de salvaguarda a importância histórica e a identidade nacional dos monumentos históricos e dos monumentos naturais.

Do método e de seus procedimentos

A interdisciplinaridade como abordagem a qual requer a pesquisa em ciência ambiental extrapola qualquer “capricho” formal da burocracia do programa de pesquisa. Os temas de pesquisa que envolve a questão ambiental impulsionam o pesquisador a testar suas hipóteses a partir de lentes interdisciplinares. Neste caso, a pesquisa realizada lançou mão do diálogo entre as mais variadas disciplinas do conhecimento científico. Sobretudo, em razão do tema de pesquisa envolver cultural e natureza, isto é, trazer como problemática a relação entre a dimensão cultural e a dimensão natural na forma de patrimônio integralizado.

Para tanto, uma abordagem sistêmica e holística acerca do objeto de estudo – a preservação do patrimônio cultural – foi fundamental para entender as tentativas de aproximação entre os dois campos até então distantes e tratados como antagônicos (cultura e natureza). Se propondo a repensar as relações entre sociedade e natureza, como recomenda uma investigação interdisciplinar, a proposta de estudar de forma analítica a integração da temática ambiental ao campo cultural-patrimonial, resultou numa pesquisa sistêmica por haver a necessidade de ver o *todo* em detrimento das *partes* isoladas.

A pesquisa trilhou dois caminhos: uma de ordem teórica e outra de ordem empírica e documental. A primeira (teórica) visou através do estudo da fonte bibliográfica analisar os conceitos das principais categorias analíticas da pesquisa, ou seja, o conceito de cultura e o conceito de natureza à luz da ideia de patrimônio. O segundo caminho trilhando buscou através de dois documentos oficiais (PCH e Programa Monumenta) e nas práticas institucionais do Iphan como a dimensão ambiental foi inserida em duas cidades históricas tombadas (Olinda e São Cristóvão).

A investigação científica contou com importantes documentos ‘digitalizados’ e disponíveis nos arquivos virtuais da instituição para construção da tese. O manuseio desta farta documentação foi posto a prova na medida em que às visitas de campo eram





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

realizadas com a finalidade de **coletar dados** para complementar as informações extraídas das fontes bibliográficas e das **fontes documentais**. Às visitas de campo tiveram o objetivo de averiguar os resultados preconizados nos programas de preservação patrimonial destinada as cidades históricas tendo em vista a temática ambiental de suas propostas.

Ainda que duas cidades históricas tenham sido selecionadas para entender o universo das cidades históricas do Nordeste, o **método comparativo**²⁷¹ adotado serviu para “provar” as particularidades de cada cidade-patrimônio mesmo que tenham características em comuns. O método comparativo aplicado não teve por propósito estabelecer classificação ou hierarquizar os objetos de estudo. Mas, para dar respaldo às diferenças existentes entre as duas cidades que embora contempladas com os mesmos programas de preservação patrimonial e práticas patrimoniais institucionais, possuem suas singularidades.

Considerações Finais

Procuramos apontar os limites do modelo apresentado pelos programas de preservação patrimonial que tem privilegiado o desenvolvimento econômico e social pela via do turismo cultural de massa. Neste tocante, a pesquisa visa contribuir para a discussão em torno da temática ambiental que processualmente vem sendo incorporada ao campo de preservação patrimonial. Acompanhando a questão ambiental, o conceito de sustentabilidade tem sido explorado nos projetos de preservação patrimonial aproximando a dimensão cultural da dimensão ambiental, assim sendo, o resultado da pesquisa espera contribuir na reflexão acerca da ideia de *desenvolvimento sustentável* uma vez que se trata de uma pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação em estudos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

²⁷¹ Por se tratar de um estudo que requer conhecimento histórico, o método comparado adotado foi O **método comparativo em história**, pois visa estabelecer as singularidades entre as unidades postas em comparação, sem necessariamente emitir juízo de valores de natureza hierárquica entre tais unidades. Neste tocante, o método utilizado tem por base o historiador “comparativista” DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Ideias Letras, 2004.





Referências

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/arquivos/decretos> Acessado 02 de janeiro de 2019.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda*. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSGROVE, Denis. **Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico**. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997

_____. **Social Formation and Symbolic Landscape**. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável** . São Paulo: Ideias letras, 2004

JACKSON J. B. *et al.* **The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays**. New York (USA): Oxford, 1979.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do Bom Uso da Natureza: Para uma filosofia do meio ambiente.** 1997. Lisboa (Portugal): Editora Instituto Piaget.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos).

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell.** 2011. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.

_____ **Culture and Materialism: selected essays.** UK: London. Published by Verso, 2005.

